

## POLÍTICA

CONSTITUINTE

# Explicações (e previsões) de Ulysses.

O presidente da Constituinte confia nos acordos. E em seus prazos.

Até o próximo dia 17, a Comissão de Sistematização deve encerrar seus trabalhos, votando integralmente o substitutivo do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, e encaminhando todo o texto para discussão em plenário. A informação foi dada ontem em sessão ordinária da Assembleia pelo seu presidente, deputado Ulysses Guimarães, que protestou contra as investidas "à soberania da Constituinte". Apesar destas não significarem, segundo o deputado, "sequer uma ameaça, porque qualquer juiz de roça consideraria inepta a pretensão".

O presidente da Constituinte se referia à disposição do chamado "Centrão" — a corrente dos moderados da Assembleia — de acenar com um recurso ao Supremo Tribunal Federal para impedir a votação pelo plenário de partes do projeto de Bernardo Cabral. Ontem, ele voltou a explicar que a decisão de votar o anteprojeto por títulos saiu de um entendimento entre as lideranças partidárias na Constituinte.

Ulysses Guimarães garantiu que a Comissão de Sistematização vai acelerar seus trabalhos, funcionando inclusive aos domingos. E continuou seu protesto: "Todos sabem que começaram a surgir questões de ordem sobre a votação por título e capítulo, sob a alegação de que o método não ensejaria a visão global do conjunto do substitutivo pelos parlamentares". Ao lado disso, continuou o parlamentar, "surgiram notícias de que esse procedimento violaria dispositivo da emenda 26, convocatória da Constituinte, o que poderia ensejar a manifestação do Supremo Tribunal Federal". De qualquer maneira a decisão da Mesa da Constituinte de apressar a votação do substitutivo e cancelar o funcionamento simultâneo do plenário nesse período, esvaziava a estratégia do "Centrão" de argüir a inconstitucionalidade da medida junto ao



STF. Como a votação será sobre o texto completo e o plenário da Constituinte não se reunirá antes disso, o "Centrão" não terá argumentos para recorrer àquele Tribunal.

Ulysses Guimarães justificou ontem em sucessivas entrevistas à imprensa que a decisão de suspender o funcionamento simultâneo do plenário com a Comissão de Siste-

matização era para "racionalizar os trabalhos".

Mais cauteloso nos seus comentários sobre a proposta de alterações no regimento interno da Constituinte, anunciada pelo grupo moderado, Ulysses Guimarães explicou que está aguardando o documento para as providências regimentais.

Ele afirmou que não vê razões para a obstrução dos trabalhos da Constituinte — ameaça feita pelos moderados — na hipótese de ser retardada a apreciação do projeto de decisão. Explicou que está conversando com vários integrantes do grupo para que o entendimento seja encontrado. "Finalmente, nós estamos aqui para votar e é isso que precisamos fazer."

### Sem prazo, sem data.

Com as novas alterações nos prazos da Comissão de Sistematização e a suspensão do funcionamento simultâneo do plenário da Constituinte, além das medidas que serão negociadas no decorrer dos próximos dias, ficou mais difícil uma previsão, para a maioria dos constituintes, de quando a futura Constituição poderá ser promulgada.

O entendimento da maioria dos líderes é que não deve haver uma data pre-fixada. É porque, pelo que se viu nos últimos meses, os prazos "recomendados" pelo presidente da Constituinte — 7 de setembro e 15 de novembro deste ano — nem sequer foram considerados, mesmo quando os trabalhos da Constituinte estavam no início, em fevereiro.

Amaral Netto, líder do PDS na Câmara, acha que deverá haver um "relaxamento" no trabalho no fim do ano para as festas de Natal e ano novo, que ele calcula poderá se situar entre 23 de dezembro e 3 de janeiro. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, desmentiu a possibilidade de um recesso, mesmo que pequeno.

## Procura-se um jornalista que fale pelo Planalto



O chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto, evitou falar sobre a possível transferência da EBN, mas reforçou a impressão de que Frota

Neto deverá continuar mais tempo no cargo enquanto aguarda uma solução: "Não há previsão, porque o Frota continua exercendo, e bem, a função de porta-voz", disse Costa Couto. E foi categórico com relação à resistência de grande parte do governo à nomeação de Getúlio para o cargo: "Isto não está previsto".

De acordo com uma fonte do Planalto, o presidente foi alertado para os problemas que poderiam surgir no governo caso se concretizasse a escolha de Bittencourt. Entre as pessoas que teriam advertido o presidente está o ex-porta-voz e atual governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita. O próprio Sarney, na verdade, concorda que não dispõe de um sistema de comunicação coeso e que, para sua imagem, este fato é bastante prejudicial.

Em conversa que manteve esta semana com Fábio Campana, assessor do governador do Paraná, Alvaro Dias, o presidente José Sarney teria feito sérias críticas ao sistema de comunicação do Planalto, segundo informações que vazaram do encontro, e as queixas do presidente não se referiam apenas a brigas internas entre os titulares de órgãos de comunicação do governo, mas também à sua incompetência para melhorar a imagem do presidente e de seu governo.

## PARTIDO

### Os dissidentes do PFL, procurando outra sigla.



Está cada vez mais difícil ajeitar a convivência entre os parlamentares do PFL que continuam apoiando o governo e os dissidentes que insistem em passar o partido para a oposição. "O confronto está aumentando", avisou ontem o dissidente Alcení Guerra, ex-vice-líder do PFL na Constituinte. Por conta dessa constatação, os dissidentes frentistas já consideram seriamente a possibilidade de criação de um novo partido. Tal questão foi analisada ontem durante um almoço no apartamento do presidente do PFL, senador Marco Maciel (foto). Para a discussão foram convocados o ex-deputado Nelson Marchezan e o ex-governador Esperidião Amin, que continuam filiados ao PDS.

A tese desse novo partido, de centro, incluiria convites extensivos ao PL e ao PDC, que se juntariam numa única agremiação liberal-progredista. Conforme informou o ex-ministro da Educação, senador Jorge Bornhausen, a bandeira comum seria a luta por eleições presidenciais em 1988. Marchezan, que foi líder do governo Figueiredo na Câmara, revelou que só vai examinar essa possibilidade depois de promulgada a nova Carta. Mas não escondeu que tem conversado freqüentemente com os dissidentes frentistas.

Esse novo quadro deixou o senador Marco Maciel numa situação difícil. Depois de ter praticamente decretado o fim da Aliança Democrática, acabou sendo desautorizado pela maioria dos frentistas, quando quis empurrar o partido para a oposição. Anteontem, a situação ficou ainda mais constrangedora, quando o PFL de Pernambuco manifestou-se publicamente pelo rompimento com o governo — um desafio à cúpula que, na semana passada, anunciou oficialmente sua solidariedade ao presidente Sarney.

Tudo indica que Maciel teria ficado sozinho na presidência do PFL. Mas seus seguidores apostam na competência do líder. "A tendência oposicionista vai crescer dentro do partido", prevê Alcení Guerra. Ele garante que os dissidentes já estão perto dos 40 — "mas esse número vai aumentar com os arrependidos, os que não ganharam ministérios e os que vão descobrir, nos próximos dias, que não ganharão nenhum cargo". E Guerra aposta nessa possibilidade: "O fisiologismo é perigoso porque se esgota em si mesmo. O efeito da benesse se exaure no instante de seu recebimento".

Alcení Guerra acredita que não haja outra saída a não ser a convocação das eleições para presidente no próximo ano. Ele acusa a ala governista do PFL de praticar o fisiologismo e de não respeitar nem mesmo o programa do partido. "Os governistas exibem o artigo do ex-ministro Mário Henrique Simonsen publicado em *Veja* como se fosse uma cartilha, mas apoiam um governo que faz exatamente o contrário", disse. E lembrou que a formação da Frente Liberal foi uma tentativa de aproximar o partido da população. "Agora, os governistas estão novamente indo contra a vontade popular."

Guerra contesta ainda argumento dos governistas de que diretas já para presidente prejudicariam a transição democrática. "Mas nós todos sabemos que o maior risco para a transição se chama governo José Sarney."

Convencido disso, Guerra ingressou ontem no grupo interpartidário pró-diretas, liderado pelo senador Afonso Camargo, ex-pemedebista e atualmente sem partido. Para chegar às diretas em 1988, o grupo decidiu mudar a estratégia: nada de comícios ou brigas na Comissão de Sistematização. De acordo com Guerra, será possível fixar o mandato de Sarney em quatro anos com 47 votos na Sistematização — um quadro que dificilmente seria revertido no plenário da Constituinte. Segundo o deputado, pelo menos 43 votos já estão garantidos.

LIVRE INICIATIVA

## No ar, contra a estabilidade.

Uma campanha publicitária, contra a estabilidade no emprego da forma como está definida no projeto da Comissão de Sistematização da Constituinte, começou a ser veiculada ontem pela televisão. São três filmes produzidos pela Globotec a um custo de Cz\$ 70 milhões, e financiados por empresários de todo o País.

Esta é a primeira ofensiva pública dos empresários contra os direitos sociais votados pelos 97 parlamentares da Comissão de Sistematização. Os filmes irão ao ar durante 15 dias. A Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), neste mesmo período, promoverá outra campanha publicitária de esclarecimento à população. O movimento, que envolve líderes empresariais do comércio, indústria, setor financeiro e agricultura, está sendo organizado pelo presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, João Donato, que criou, há cerca de 15 dias, a Frente Nacional da Livre Iniciativa.

Ontem, reuniram-se na Confederação Nacional da Indústria, entre outros, o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos; Amaury Temporal, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil; Ronaldo Caiado, presidente da União Democrática Ruralista; e Flávio Teles de Menezes, da Sociedade Rural Brasileira. Durante quatro horas eles buscaram definir os pontos comuns de interesse na Constituinte.

A aprovação de alterações no projeto da Sistematização só será possível com o

voto favorável de 280 parlamentares. E, para garantir essa maioria, está sendo organizado um sistema para recolher contribuições de empresários interessados em trabalhar não só contra a estabilidade no emprego, mas também contra a obrigatoriedade do pagamento da hora-extra em dobro, a determinação de que as reclamações trabalhistas são imprescritíveis, a proibição de contratação de mão-de-obra temporária e a igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos.

No final do mês de outubro, estiveram na CNI o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Naquela ocasião, Fernando Henrique garantiu que, se houver acordo entre trabalhadores e empresários para alteração da estabilidade no emprego, o PMDB votará nesse sentido. Segundo Antônio Oliveira Santos, no comércio esse acordo é possível: "Os comerciantes entendem que a estabilidade engessa a economia e vai desestimular a procura de novos empregos e o progresso na carreira", disse ele.

Para Ronaldo Caiado, que ingressou no movimento preocupado com a equiparação entre empregados rurais e urbanos, "não podemos ser pessimistas e acreditar que teremos apenas 280 deputados. Por que não 400?". Ele diz que a Frente da Livre Iniciativa "não pode cometer os mesmos erros da Contag", e garante que haverá mobilização "das bases no momento certo".

## DIRETAS

### Quatro anos para Sarney: faltam três votos.

A emenda das eleições presidenciais diretas em 88 poderá ter o apoio da maioria absoluta dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização. Até agora, 44 parlamentares definiram seu voto favorável ao mandato de quatro anos; 35 decidiram votar contra e 14 estão indefinidos. Mas há a expectativa de outros cinco ou seis votos pelas diretas-88, o que garantiria a maioria absoluta (47 votos).

Enquanto o Comitê Interpartidário das Diretas divulgava esse levantamento, o governador do Paraná, Alvaro Dias, alertava em Brasília que a realização de eleição presidencial em 88 poderá atropelar o processo democrático e queimar etapas importantes. Em Porto Alegre, o ministro da Agricultura, Iris Resende, criticou a centralização dos debates da Constituinte em torno das diretas-já.

Mas, apesar das advertências e críticas, o Comitê Interpartidário começou a contagem dos prós e contras em reunião, ontem pela manhã, com a presença de dois ex-parlamentares — Nelson Marchezan, ex-líder do governo Figueiredo, e Esperidião Amin, ex-governador de Santa Catarina, ambos do PDS.

Mesmo garantindo ter 44 votos a favor das diretas-88, o Comitê citou apenas os nomes dos deputados pefelistas Alcení Guerra (PR), José Thomaz Nonô (AL), Sandra Cavalcanti (RJ) e Mendes Thames (SP). Mas afirmaram que outros membros do PFL na Comissão de Sistematização se definirão pelos quatro anos, citando o deputado Mário Assad, que estaria apenas esperando o sinal verde do ministro Aureliano Chaves.

Nelson Marchezan aproveitou para lembrar emenda que apresentou em 84 pedindo diretas para presidente em 88. "Os dirigentes do PMDB, porém, ficaram contra a proposta", disse Marchezan, sendo apoiado pelo deputado Fernando Lyra (PMDB-PE). O ex-governador Esperidião Amin afirmou que continua a favor das diretas-já, mas criticou a adoção do parlamentarismo.

O Comitê Interpartidário decidiu mobilizar delegações regionais para ir a Brasília no próximo dia 15, quando a Sistematização deverá votar as diretas. Participaram do encontro o senador Afonso Camargo (sem partido), o deputado Fernando Lyra e o senador Rui Bacelar (PMDB); os deputados Paulo Delgado e Virgílio Guimarães (PT); Haroldo Lima e Admilson Valentim (PC do B); Arnaldo Faria de Sá (PTB) e Alcení Guerra (PFL).

### Momento de cautela

Não é conveniente a Constituinte se envolver tanto em torno da eleição em 88, porque o País tem um "presidente que vem correspondendo e cumprindo todos os compromissos firmados", disse o ministro Iris Resende. "O momento é de cautela e precaução", advertiu, ao discordar do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, para quem, independentemente do sistema de governo, o presidente Sarney não terá um mandato superior a quatro anos.

Os membros da Constituinte que se manifestam favoravelmente ao mandato reduzido para Sarney estão criando uma falsa expectativa em torno do tema, disse o ministro da Agricultura. Já o governador do Paraná, Alvaro Dias, revelou não acreditar na realização de diretas em 88, pois as atenções ainda estarão voltadas para a Constituinte.

Alvaro Dias reconheceu que o clamor por eleições para presidente reflete o inconformismo popular com a crise do País, mas afirmou que a eleição não resolverá o problema. "Precisamos consolidar a democracia e o trabalho no momento é concluir a Constituição", disse.

### Geisel apóia

No Rio, um ex-ministro do ex-presidente Ernesto Geisel disse que o general poderá apoiar a candidatura do ministro Aureliano Chaves para a Presidência da República, mas até lá continuará calado. Segundo o ex-ministro, Aureliano já foi convencido a aceitar sua candidatura, mas também acha cedo para anunciar a decisão, "até porque não quer ser acusado de açodamento".